

INTRODUÇÃO: A violência obstétrica é definida como um ato de apropriação dos processos reprodutivos da mulher, que tem seus direitos feridos por profissionais de saúde (OLIVEIRA & ALBURQUEQUE, 2018). No contexto social brasileiro, há muitos requisitos socioculturais que influenciam o parto, fato esse que reverbera a importância social do tema (RODRIGUES et al. 2016). **OBJETIVO:** O estudo tem como objetivo analisar a visão das mães sobre a violência obstétrica e verificar sua ocorrência nos municípios de Imperatriz e Açailândia no Maranhão. **MÉTODO:** Estudo de caráter transversal, observacional e quantitativo realizado no segundo semestre de 2021. Foi realizada uma coleta de dados com 60 mulheres que tiveram filhos entre 2011-2021 nas cidades citadas. O questionário foi disponibilizado na plataforma Google Forms juntamente ao TCLE. Os dados foram tabulados e inseridos no programa SPSS versão 21.0 for Windows. **RESULTADOS:** No geral, 48,3% das mulheres relataram ter sofrido violência obstétrica. A maioria das entrevistadas se autodeclararam como preta ou parda (65%) e a maior prevalência de VO foi observada nesse grupo. No âmbito socioeconômico, 61,8% das mulheres enquadradas na Classe D sofreram violência obstétrica. O grau de escolaridade apresentou significativa associação com a percepção das mães sobre o tema, sendo as de maior escolaridade com maior nível de conhecimento. No contexto do tipo de parto, houve prevalência de VO no parto vaginal. Os resultados são ratificados por diversos estudos, que afirmam a ocorrência de violência obstétrica associada a determinantes socioeconômicos, corroborando com LANSK et al (2017) sobre a relevância desse tema para a saúde pública no Brasil. **CONCLUSÃO:** Nesta pesquisa observou-se que a violência obstétrica apresenta considerável índice de ocorrência nos municípios de Imperatriz e Açailândia do Maranhão. Verificou-se a associação de alguns fatores com a VO, tendo como destaque a raça, renda, escolaridade, tipo de parto e tipo de hospital.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

KUKURA, E. Obstetric Violence. Drexel University Thomas R. Kline. 2018

LANSKY, S., *et al.* Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. **Secretária Municipal de Saúde**, Belo Horizonte, PR. 2017.

MIR, J.R., GANDOLFI, A.M. La violencia obstétrica: una práctica invisibilizada en la atención médica en Espana. **Gaceta Sanitária**, v. 35, p. 211-212, 2021.

OLIVEIRA L.G., ALBURQUEQUE, A. Violência obstétrica e direitos humanos dos pacientes. **Revista CEJ**, v. 22, p. 75, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Prevenção e eliminação de abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto em instituições de saúde. Genebra: Departamento de Saúde Reprodutiva e Pesquisa/OMS; 2014.

RODRIGUES, D.P. *et al.* A peregrinação no período reprodutivo: uma violência no campo obstétrico. Vol. 19. 2015.

RODRIGUES, F.A.C. *et al.* Violência obstétrica no processo de parturição , em maternidades vinculadas à Rede Cegonha. **Revista Reprodução e Climatério**, n., p. 1-7, 2016.

SANTOS, R.C.S.; SOUZA, N.F. Violência institucional obstétrica no Brasil: revisão sistemática. Estação Científica (UNIFAP). 2015.

SILVA, M.G. *et al.* Violência obstétrica na visão de enfermeiras obstetras. **Revista Rene**, Vol. 15. 2014.

SOUSA, M.P.V. *et al.* Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem. **Revista. Nursing**, n. 24, p. 279, 2021.

TACH, C.L. TOEBES, B. FERIATO, J.M. Obstetric Violence: a womens's human and personality rights violation. **Revista Jurídica**, v. 1, n. 58 p. 187 - 206, 2020.